



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 11080.006359/2001-53
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2802-003.289 – 2ª Turma Especial
Sessão de 20 de janeiro de 2015
Matéria IRPF
Recorrente ANTONIO LUIZ BETTIO - ESPÓLIO
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 1998

IRPF. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL ADQUIRIDO POR HERANÇA. GANHO DE CAPITAL. INCIDÊNCIA.

O fato gerador do imposto sobre ganho de capital é a alienação e não a aquisição, assim importa para o lançamento a lei vigente quando da alienação e não no momento da aquisição. Havendo previsão legal para a exigência do ganho de capital e apurado o custo de aquisição conforme parâmetro legal, o lançamento deve ser mantido hígido, notadamente quando o recorrente não apresenta razão para invalidar o cálculo da autoridade fiscal.

MULTA DE OFÍCIO. PREVISÃO LEGAL QUE INDEPENDE DE DOLO.

A multa de ofício é prevista em lei e deve ser aplicada conforme estatuída no dispositivo legal, sendo vedada sua redução. A multa de ofício aplicada nos autos não exige a presença de dolo.

JUROS DE MORA. SELIC. ILEGALIDADE.

A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais. Aplicação da súmula CARF nº 4.

JUROS DE MORA. CONFISCO. SÚMULA CARF Nº 2. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA.

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária. Aplicação da Súmula CARF nº 2. Os juros de mora devem ser exigidos conforme previstos em lei. Rejeita-se a alegação de bis in idem caracterizada pela incidência de juros sobre multa, pois não foi o que ocorreu nos autos.

Documento assinado digitalmente conforme o art. 1º, § 1º, da Lei nº 8.935/94. Recurso voluntário negado.

Autenticado digitalmente em 22/01/2015 por JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO, Assinado digitalmente em 22/01/2015 por JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

Impresso em 11/03/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, : por unanimidade de votos NEGAR PROVIMENTO ao recurso voluntário nos termos do voto do relator.

(Assinado digitalmente)

Jorge Claudio Duarte Cardoso – Presidente e Relator.

EDITADO EM: 22/01/2015

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Marcio de Lacerda Martins, Ronnie Soares Anderson, Carlos André Ribas de Mello e Jorge Cláudio Duarte Cardoso (Presidente). Ausentes justificadamente os Conselheiros Jaci de Assis Júnior e Julianna Bandeira Toscano.

Relatório

Trata-se de lançamento de Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF do exercício 1998, ano-calendário 1997, decorrente de apuração de omissão de ganho de capital na alienação de imóvel, conforme retratado no Relatório de Ação Fiscal (fls. 05/13), com acréscimo de multa de ofício de 75%.

O lançamento reporta-se à:

- a) Alienação do terreno rural, com área de 62.917,22 m². identificado na matrícula nº 79.007, junto ao Registro de Imóveis da 3^a Zona de Porto Alegre.
- b) Valor total de alienação, em 01/12/1997, conforme cópia do Contrato de Promessa de Compra e Venda: R\$ 1.300.000,00 e a parcela que coube ao contribuinte: R\$ 650.000,00 (50% do total); e
- c) Custo de aquisição atualizado em reais na data da venda R\$1.684,14, correspondente ao somatório das parcelas especificadas no Relatório de Ação Fiscal às fls. 10 e seguinte.

Na impugnação, em resumo, alegou-se:

- a) em razão de possuir apenas 50% do imóvel, recebeu pela alienação o valor de R\$650.000,00;
- b) a operação é isenta pois foi a única venda, no período de cinco anos e correspondeu a cerca de 95% da área total do imóvel adquirido por herança deixada por José Bettio;

- CÓPIA
- c) como era um imóvel rural em que havia benfeitorias, considerando o preço de mercado e aplicada a IN SRF 48/1998, não seria devido o imposto de renda;
 - d) no imóvel alienado consta somente 0,25ha de terras adquiridas pelo impugnante, aplicadas as conversões de moeda e reduções legais e aplicado o preço de custo do imóvel, devidamente atualizado, não houve incidência do imposto de renda; em razão disto e de receber rendimentos de valor inferior ao limite que obrigava apresentar a Declaração de Ajuste Anual, não estava obrigado a prestar declarações;
 - e) a Fiscalização deveria ter considerado o preço de mercado na data da aquisição do imóvel por herança e, se houvesse direito a tributar, utilizar como lucro apenas o valor excedente a R\$440.000,00;
 - f) a exigência de tributo somente pode ser feita com base em lei e quando recebido o imóvel por herança, em 1973, inexistia lei que autorizasse a incidência do imposto de renda; pois o Decreto Lei 94/1966, revogou a Lei 3.470/1958 e a Lei 7.731/1988 (*rectius: 7.713/1988*) é posterior à data em que herdou o bem, e, portanto, não pode retroagir; cita precedentes judiciais;
 - g) não cabe a multa de ofício, pois não almejou ocultar, fraudar ou sonegar, tanto que a Fiscalização não teve dificuldade em apurar o suposto e “criado” crédito tributário; por analogia deve ser aplicado o art. 138 do Código Tributário Nacional - CTN; no mínimo deveria ter havido redução no valor da multa;
 - h) a cobrança de juros moratório caracterizou confisco e/ou majoração ilegal da multa; os juros de mora são ilegais, pois não houve mora e os valores considerados devidos são atualizados pela variação da UFIR na data do Auto de Infração; a exigência de multa e juros configura bis in idem;
 - i) impugnou os valores atribuídos aos imóveis e cálculos constantes do Relatório de Ação Fiscal por serem irreais e fictícios.

A impugnação foi indeferida, em síntese, pelos fundamentos abaixo:

- a) não foram apresentadas as Declaração de Ajuste Anual dos exercícios 1996 e 1997, portanto, o imóvel não foi arrolado em qualquer declaração de bem e direitos;

- CÓPIA
- b) a tributação do ganho de capital é amparada pelo art. 3º, §§ 2º e 3º da Lei 7.713/1988 e pelo inciso I do art. 18 da Lei 8.134/1990, dispositivos consolidados nos art. 798, 799, 805 e 808 do RIR1994;
 - c) o ganho de capital foi apurado conforme previsto nas Instruções Normativas 39/1993 e 31/1996, aplicáveis às alienações ocorridas em 1997; essas instruções disciplinaram o disposto nas Leis 8.383/1991, 8.981/1995 e 9.249/1995;
 - d) o inciso II do art. 13 da IN SRF nº 31/1996 estabelece que no caso de bens adquiridos por herança, até 31/12/1994, considera-se custo de aquisição o valor da avaliação judicial ou o valor atribuído pelos herdeiros, quando forem capazes, desde que haja concordância da Fazenda Pública Estadual/Municipal;
 - e) não houve arbitramento do custo de aquisição, e sim apuração em conformidade com os documentos juntados aos autos e nos termos da legislação;
 - f) o impugnante não juntou documento que comprove a existência e os custos das alegadas benfeitorias e, como se trata de alienação de imóvel rural, o custo de aquisição é o valor relativo à terra nua, portanto, despojado das benfeitorias, conforme art. 17, caput e parágrafo único, da IN SRF nº 31/1996;
 - g) quanto às terras adquiridas, em 10/06/1998, de Terezina Atefani Bettio, não houve incorreção na apuração do custo e no Relatório de Ação Fiscal foi demonstrado como feito o cálculo, consoante trechos transcritos no acórdão recorrido (fls. 159/164 da numeração digital);
 - h) como não era o único imóvel do contribuinte e o valor que recebeu superou os R\$440.000,00 não há direito à isenção alegada;
 - i) não houve aplicação retroativa da Lei 7.713/1988, pois fato gerador é a alienação do imóvel ocorrida em 1997 e não a sua aquisição;
 - j) a IN SRF 48/1998 não tem aplicação para o fato gerador ocorrido em 1997, ainda assim, não se vislumbra que levaria a cálculo diverso;
 - k) foi atribuído ao impugnante 50% do ganho de capital, equivalente a sua co-participação no imóvel;
 - l) os precedentes judiciais apontados pelo impugnante não possuem efeito vinculante;
 - m) a multa de ofício que foi aplicada não requer a presença de dolo e, no âmbito administrativo, por estar expressamente prevista em lei, não se pode deixar de aplicá-la ou reduzir seu valor;
 - n) os juros de mora possuem amparo em lei e assim deve ser mantida a exigência.

O contribuinte faleceu em 02/07/2005 (fls. 177 e 240, da numeração digital).

A ciência do acórdão ocorreu em 21/11/2005 (fls. 137) e o recurso voluntário (fls. 138/147) foi interposto pelo espólio, em 21/12/2005 (fls. 149).

A peça recursal, essencialmente é uma reiteração das alegações expostas na impugnação.

Unicamente foi acrescido que a Portaria nº 80/1979, em que se fundamenta a decisão recorrida, extrapola os dizeres da lei vigente, qual seja o Decreto-Lei 1.641/1978, que não contempla hipótese de ganho de capital na alienação de imóvel adquirido por herança e foi suprimida a impugnou dos valores atribuídos aos imóveis e cálculos constantes do Relatório de Ação Fiscal que na impugnação foram contestados como sendo irreais e fictícios.

Foi negado seguimento ao recurso voluntário pela falta do arrolamento de bens, entre outras razões, (fls. 157/161) e deu-se a inscrição em dívida ativa e ajuizamento.

Reconhecida a inconstitucionalidade da exigência de arrolamento de bens como requisito para seguimento do recurso voluntário, procedeu-se o cancelamento da inscrição em dívida ativa (fls. 185) e devolução do processo para apreciação do recurso voluntário.

Documentos anexos noticiam que a execução fiscal foi extinta sem julgamento do mérito (fls. 178/184).

O processo foi distribuído a este Relator, por sorteio, durante a sessão de outubro de 2014.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Jorge Claudio Duarte Cardoso, Relator

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, dele deve-se tomar conhecimento.

O recurso voluntário assentada-se em um equívoco básico, o fato gerador é a alienação do imóvel em 1997 e não sua aquisição em 1973, por isto que o lançamento amparou-se na Lei 7.713/1988.

Não se tratou de aplicação retroativa da Lei 7.713/1988.

Outro equívoco do recorrente buscar invalidar o lançamento e a decisão de primeira instância, atacando a Portaria MF nº 80/1979 ou alegando que a Lei 3.470/1958 estava revogada, posto que o lançamento não se baseou nesses diplomas legais e a decisão recorrida não se fundamentou na Portaria MF 80/1979.

O acórdão recorrido adequadamente rechaçou a tese de isenção, uma vez que não era alienação de único imóvel e o valor superou os R\$440.000,00.

Também não merece reparo o acórdão recorrido quando assinala que a IN SRF 48/1998 não tem aplicação em relação ao fato gerador ocorrido em 1997, pois entrou em vigor após esse período, bem como é irreparável o aresto no ponto em que consignou que as alegações envolvendo custos de benfeitorias devem ser rejeitadas porque não houve comprovação documental – o que não foi contestado no recurso voluntário - e porque no caso de imóvel rural o custo de aquisição corresponde ao valor da terra nua.

A apuração do ganho de capital foi minuciosamente demonstrada no Relatório de Ação Fiscal (fls. 05/13) e trechos desse Relatório foram transcritos na decisão recorrida para destacar como foi formado o custo de aquisição do imóvel alienado.

Todavia, essencialmente limitando-se a repetir a tese impugnatória de que não haveria previsão legal para exigência do ganho de capital sobre imóvel adquirido por herança, a peça recursal não contesta o detalhado cálculo adotado pela autoridade fiscal.

A autoridade fiscal demonstrou que o custo de aquisição corresponde ao somatório de várias parcelas relativas à aquisição dos imóveis de matrículas nº 1.742, herdado em 1977, 56.185 e 56.186, ambos adquiridos por compra em venda em 1991.

O custo de aquisição da parte herdada foi apurado a partir do valor dos autos do inventário (art. 13, II da IN SRF 31/1996), que também foi o que constou do Registro Imobiliário; ao passo que o custo de aquisição relativo às partes compradas foi considerado com base nas escrituras de compra e venda.

Note-se que o critério da IN SRF 31/1996, adotado no lançamento, corresponde ao previsto no inciso III do art. 16 da lei 7.713/1988.

O acórdão recorrido adequadamente apontou a base legal para a tributação do ganho de capital e para calcular o custo de aquisição do imóvel adquirido por herança, contudo o recorrente não confronta os fundamentos do acórdão recorrido.

Assim, o lançamento do imposto incidente sobre o ganho de capital deve ser mantido íntegro tal como apurado pela autoridade fiscal.

A multa de ofício aplicada no percentual de 75% é prevista no art. 44, inciso I, da lei nº 9.430/96, independente de dolo e não se aplica a denúncia espontânea prevista no art. 138 do CTN, pois não houve pagamento nem confissão espontânea da infração.

A vinculação do Órgão Julgador à lei impede a redução do valor da multa.

Quanto aos juros exigidos com base na SELIC, não cabe ao CARF apreciar alegação de confisco pois corresponderia a análise de constitucionalidade de lei, o que é vedado.

Aplicam-se as Súmulas CARF abaixo:

Súmula CARF nº 2: O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária.

Súmula CARF nº4: A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de

inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

A multa de ofício e os juros de mora possuem natureza jurídica distintas, sendo descabida a alegação de *bis in idem*.

Outrossim, conforme demonstrado às fls. 15, os juros incidiram sobre o imposto (69,47% aplicado sobre o imposto de R\$82.006,77) e não sobre a multa de ofício (exigida em 75% sobre o imposto de R\$82.006,77).

A atualização do valor do imposto deu-se, exclusivamente, pela Selic, não houve a alegada correção do imposto pela variação da UFIR (fls. 15).

Diante do exposto, deve-se NEGAR PROVIMENTO ao recurso voluntário.

(Assinado digitalmente)

Jorge Claudio Duarte Cardoso